

José Manuel Fernandes: "Comissão Europeia desmente Governo sobre verbas do TGV"

Comissão "abre porta" para negociar no mínimo 78% dos fundos comunitários (955 milhões de euros) previstos para o TGV e revela estudo de pormenor para ligação a aeroporto Sá Carneiro.

PÁG.06

EDITORIAL CARLOS COELHO

BARROSO II

Terminaram as **audições parlamentares aos Comissários indigitados**. O Parlamento exerceu as suas competências e o processo teve dignidade, acutilância e transparência.

Entre muitas audições excelentes distingo a do francês Michel Barnier (mercado interno e serviços) e a do espanhol Joaquín Almunia (concorrência). A audição mais fraca (Rumina Jeleva) levou a Bulgária a substituí-la por Kristalina Georgieva, Vice-Presidente do Banco Mundial.

Coincido com a opinião de vários observadores que **a Comissão Barroso II é ainda mais forte e politicamente preparada** do que a equipa de 2004-2009. Faço votos que seja coesa e que todos os seus membros estejam à altura das grandes responsabilidades, num momento em que todos desejam a **recuperação económica** e a **criação de emprego**.

E **Durão Barroso** (como apenas o alemão Walter Hallstein 1958-67 e o francês Jacques Delors 1985-95) consegue a **proeza de ser reconduzido** para novo mandato à frente da Comissão Europeia.

Para alguns pode não ser importante, mas não pode deixar de orgulhar-nos que seja um **português e social-democrata**.

PSD defende uso do Fundo de Solidariedade da UE

"Para compensar estragos na Região Oeste"

PÁG.03



PE aprova propostas de Nuno Teixeira

que permitirão à Madeira e aos Açores importar até 2019 produtos industriais sem impostos aduaneiros

PÁG.11

Mário David reeleito Vice-Presidente do Partido Popular Europeu

Mário David foi reeleito Vice-Presidente do PPE no Congresso que decorreu em Bona e que contou com a presença e intervenção da Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite.

PÁG.03



Orçamento da UE: José Manuel Fernandes defende alargamento do prazo de execução de fundos comunitários

PE propõe ao Conselho prorrogação do quadro plurianual do fim de 2013 para 2016

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou o **Orçamento da União Europeia para 2010**. O Deputado europeu do PSD, **José Manuel Fernandes**, que integra a Comissão do Orçamento, apontou como prioridade deste orçamento o **combate ao desemprego e o relançamento da economia**.

Prorrogação do prazo para 2016

A Resolução de aprovação do orçamento integra também um ponto em que o Parlamento pede a **prorrogação dos prazos de vigência do actual quadro financeiro plurianual de final de 2013 para final 2016**.

"Considero de grande importância que, tal como propomos neste orçamento, se proceda à revisão

do actual Quadro Financeiro Plurianual 2007-2013, e à sua prorrogação para os exercícios 2015-2016", declarou **José Manuel Fernandes**, membro efectivo da Comissão dos Orçamentos do PE.

A proposta de **prorrogação dos prazos de execução do actual quadro financeiro é muito importante para Portugal, dada a baixíssima execução dos fundos comunitários que o País tem à sua disposição**. Com a aprovação desta proposta, Portugal poderá evitar a devolução a Bruxelas das verbas de fundos comunitários.

Para o eurodeputado, o orçamento aprovado demonstra que o *"Parlamento Europeu confere prioridade ao Plano de Relançamento da Economia Europeia, cuja dotação é de 2,4 mil milhões de euros para o próximo ano"*.

Entre as dotações orçamentais reforçadas, **José Manuel Fernandes** destacou **"a proposta de revisão do programa ERASMUS de forma a promover e a facilitar a criação do primeiro emprego para os jovens"**.

Os orçamentos do Parlamento e das outras instituições da União mereceram ainda a apreciação de **José Manuel Fernandes**, justificando as propostas apresentadas numa **estratégia de prioridade ao rigor e à transparência**. Nesse contexto, sublinhou as propostas de **uma política imobiliária de longo prazo**, a implementação de um **orçamento base zero no início de cada legislatura**, proposta pelo Deputado do PSD, e a **análise custo benefício de políticas como a da comunicação do parlamento**.



Regina Bastos defende Microcrédito

PE cria novo mecanismo de microcrédito a nível europeu

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a Deputada europeia do PSD **Regina Bastos**, participou no debate que antecedeu a votação do Relatório sobre **Instrumento de microfinanciamento europeu para o emprego e a inclusão social "Progress"**. Este instrumento foi aprovado em primeira-leitura num processo de co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho.

Segundo **Regina Bastos**, este novo instrumento de microfinanciamento vai permitir a concessão de **microcrédito "a pequenas empresas e a pessoas que perderam o seu emprego e queiram criar o seu próprio negócio e o seu próprio posto de trabalho"**. **"Isto é muito importante num período em que se prevê que a crise económica resulte na perda de 3,5 milhões de postos de trabalho, só na União Europeia"** afirma a Deputada do PSD.



Como consequência do abrandamento económico, os bancos deixaram de conceder empréstimos para a criação de empresas e de empregos e o acesso ao crédito está mais difícil numa altura em que **"deveria estar mais acessível"**. Na opinião da Deputada, este novo meio de microfinanciamento vai **"contrariar esta tendência actual de restrição do acesso ao crédito, facilitando a obtenção dos fundos necessários para o lançamento de novas empresas e de novos empregos"**.

A proposta da Comissão Europeia visa reafectar 100 milhões de euros do orçamento do Programa "Progress" para este instrumento de financiamento, intenção que a Deputada e o PE rejeitam, propondo em alternativa a criação de uma **"rúbrica orçamental separada para financiar este instrumento, assim como um aumento da dotação para 150 milhões de euros"**.

Eurodeputados do PSD propõem ao Governo activação do Fundo de Solidariedade da União Europeia

Paulo Rangel enviou carta a José Sócrates

O Deputado **Paulo Rangel**, como Coordenador dos Eurodeputados do PSD no Parlamento Europeu, enviou uma mensagem ao Primeiro-Ministro português demonstrando a disponibilidade dos Eurodeputados do PSD, para ajudar o Governo a obter junto da União Europeia a activação do **Fundo de Solidariedade da UE** para fazer face aos **estragos das recentes intempéries na Região Oeste**, designadamente no concelho de Torres Vedras.

Nesta missiva, **Paulo Rangel** chama a atenção do Primeiro Ministro para o mecanismo existente e que o Governo ainda não demonstrou intenção de o vir a utilizar.

O Fundo de Solidariedade da UE aplica-se caso os estragos rondem cerca de 900 milhões de eu-



ros correspondendo a 0,6% do RNB português. Segundo a **Eurodeputada Maria da Graça Carvalho**, mesmo que o valor dos estragos não

atingam este valor, o fundo *“pode ser utilizado se a catástrofe natural causar prejuízos que afectem a maior parte da população da região em causa e tenha repercussões graves e duradoras para as suas condições de vida e a sua estabilidade económica.”* O Fundo pode ser mobilizado excepcionalmente para estes casos de catástrofes regionais extraordinárias.

O Fundo de Solidariedade é analisado pela Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu, da qual fazem parte os Deputados europeus do PSD, **José Manuel Fernandes e Maria da Graça Carvalho**. No entanto, são os **Estados-Membros que têm competência para solicitar à Comissão Europeia a activação** deste fundo, neste caso cabe ao Governo português, que terá de ser aprovado pelo Parlamento Europeu. 

Mário David reeleito Vice-Presidente do Partido Popular Europeu

Mário David foi reeleito Vice Presidente do PPE no Congresso que decorreu em Bona e que contou com a presença e intervenção da Presidente do PSD, **Manuela Ferreira Leite**.

Tal como na anterior eleição Mário David manteve o quinto lugar entre 10 eleitos quando havia em competição 15 candidatos. Num universo de mais de 70 partidos no PPE.

Mário David considera a reeleição *“o reconhecimento pelo trabalho realizado a favor do projecto Europeu”* e que o facto do PSD manter uma posição tão relevante no seio do PPE *“se deve ao empenho e firme defesa dos valores que partilhamos baseados no respeito pela dignidade de cada cidadão, de uma política baseada na economia social de mercado em que as preocupações actuais são o combate ao desemprego e às alterações climáticas”*.

Os 3 anteriores Vice-Presidentes do PSD foram Alberto João Jardim, Durão Barroso e Marcelo Rebelo de Sousa. 



Patrão Neves promove debate sobre o “Futuro das pescas em Portugal”

O Grupo de Eurodeputados do PSD, e em particular a **Eurodeputada**, Maria do Céu **Patrão Neves**, **Relatora do Parlamento Europeu** para o **Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pesca (PCP)**, organizaram dois workshops, um nos Açores e outro no Porto sobre a **Reforma da Política Comum de Pescas: O futuro da pesca em Portugal**.

Em ambos os encontros estiveram presentes representantes dos parceiros do sector das pescas ao nível nacional e europeu, com principal destaque para o **Membro do Governo sueco (Presidência da UE)** responsável pelo sector das pescas, com o

objectivo de **preparar a Reforma da Política Comum de Pescas**, da **Presidente da Comissão de Pescas** do PE, **Carmen Fraga**, espanhola, cujo país assume agora a Presidência da UE no primeiro semestre de 2010, um representante da DG MARE da Comissão Europeia, o Presidente do Conselho de Administração da Agência europeia de Controlo das Pescas e de **Paulo Rangel**, o Vice Presidente do PPE e cabeça de lista do PSD nas últimas eleições europeias.

De assinalar que o Governo português e o Governo Regional dos Açores não se fizeram representar em nenhuma das reuniões apesar de terem sido convidados para apresentar as suas ideias.

Patrão Neves apelou estes dois eventos de “ *muito construtivos*” para a discussão da reforma do sector e salientou o nível “*altamente qualificado do debate que teve lugar*”. A Deputada lamentou ainda a ausência de representantes governativos quer do continente quer dos Açores.

Na sua intervenção, **Paulo Rangel** acusou o Governo de ignorar o sector das pescas, considerando a ausência de representação governamental no seminário “Reforma da Política Comum de Pesca” como “*mais uma prova do desinteresse total*”.

“*Não vejo nenhum desígnio para a questão das pescas por parte deste Governo. Este sector vai continuar a definhar*”. 

Tratado de Lisboa: Rangel é o relator do PE para a reforma das relações com a Comissão Europeia

O Deputado Europeu e Vice-Presidente do Grupo PPE, **Paulo Rangel**, será o relator do “**Framework Agreement between**

the Commission and European Parliament”, o relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais sobre o Acordo-Quadro das relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

Esta é a segunda vez na história da União Europeia que a Comissão de Assuntos Constitucionais é chamada a pronunciar-se sobre os acordos interinstitucionais através de um relatório. O relator do último Acordo-Quadro foi assinado pelo Deputado socialista alemão, Jo Leinen.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Relatório assume uma relevância especial uma vez que se trata de **definir as relações entre duas instituições numa altura em que o Parlamento Europeu recebe novos poderes**, nomeadamente no **processo legislativo**, sendo **colocado a par do Conselho Europeu**.

Paulo Rangel afirma: “*Trata-se de uma matéria de grande sen-*

sibilidade política já que o Relatório irá desenhar o quadro de relações do Parlamento e da Comissão para os próximos 5 anos. O Parlamento Europeu tem agora uma oportunidade histórica para se afirmar como um dos principais actores políticos da União.”

Dois portugueses estarão frente-a-frente na mesa das negociações para a revisão do acordo-quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia: Durão Barroso e Paulo Rangel.

Entretanto o a Conferência de Presidentes nomeou **Paulo Rangel** para integrar a equipa do Parlamento Europeu que irá negociar a revisão do **acordo-quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia**.

Nas negociações do Acordo a Comissão Europeia estará representada pelo Presidente Durão Barroso e pelo Comissário Maros Šefčovič, Vice-Presidente da Comissão responsável pelas Relações Inter-Institucionais e Administração. 



José Manuel Fernandes alerta para “desvio” de fundos do Fundo Social Europeu

O Eurodeputado do PSD, **José Manuel Fernandes** que integra a Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu, levantou uma questão relacionada com a **utilização de verbas do Fundo Social Europeu para o Fundo de Ajustamento à Globalização**. Segundo o Deputado, tem havido **constantes “retiradas de verbas do FSE (Fundo Social Europeu) para se financiar o FEG (Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização)”**. O Eurodeputado, enviou mesmo uma pergunta à Comissão Europeia.

Segundo o Deputado do PSD, há o claro perigo de **países mais ricos e que não têm direito ao Fundo Social Europeu**, porque não fazem parte do grupo de países da coesão, poderem **estar a usar verbas do FSE via FEG, reduzindo assim o “bolo” disponível para os países mais pobres como Portugal.**

Numa reunião da Comissão do Orçamento foi **proposta a retirada do FSE de 15.931.423**



euros (quinze milhões e novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e vinte e três euros) para **serem transferidos para o FEG** para apoiar trabalhadores despedidos na Suécia, Áustria e Holanda.

O **FEG** é um instrumento de resposta a uma crise específica à escala europeia causada pela globalização, tal se aplica à presente situação.

Por outro lado, o **FSE** apoia a Estratégia Eu-

ropeia de Emprego e as políticas dos Estados-Membros de pleno emprego, qualidade e produtividade no trabalho. Segundo José Manuel Fernandes este é, um **“fundo crucial para o reforço da coesão económica e social. O momento actual exige uma forte, correcta e acelerada execução do FSE”**

Para o Deputado do PSD, fica claro que o **FEG e o FSE têm objectivos diferentes**, complementares, **“e que um não pode substituir o outro. Como medida extraordinária que é, o FEG deve ter um financiamento autónomo e é um erro gravíssimo que o financiamento do FEG, uma medida conjuntural, se faça em prejuízo do FSE ou de qualquer outro fundo estrutural.”**

Apesar disto, na reunião da Comissão, o Deputado do PSD votou favoravelmente para **“não prejudicar os trabalhadores em causa.”** No entanto recomendou que o FEG seja **“financiado de modo a que não se retirem verbas do FSE.”** 

Pacote telecomunicações: Carlos Coelho defende Internet como meio essencial aos cidadãos

O Parlamento Europeu aprovou o **Pacote Telecomunicações**, cujo conteúdo poderá ficar a conhecer em detalhe num dossier apresentado pelo Deputado **Carlos Coelho** no site www.carloscoelho.eu, defendeu a posição do Parlamento Europeu porque, na sua opinião, **a Internet é, hoje em dia, um meio “essencial para a educação e para o exercício prático da nossa liberdade de expressão e de acesso à informação.”**

Segundo **Carlos Coelho**, com esta iniciativa, **fica consagrado que o acesso/uso Internet faz parte dos Direitos fundamentais dos**

cidadãos europeus. O Deputado do PSD, defende uma **internet “livre sem por isso defender que fique isenta de qualquer regulamentação. Tal como no mundo real, o mundo virtual da internet é palco de actividades ilícitas e ilegais das mais diversas desde carregamentos de ficheiros vídeos/musicais ao incentivo do terrorismo, à pornografia infantil...”**

O Parlamento Europeu, **contra a vontade de muitos governos nacionais, conseguiu impor que todos os utilizadores beneficiem dos direitos e garantias** previstos na Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos

do Homem e das Liberdades Fundamentais (CEDH).

Assim ficou claro que **qualquer restrição aos direitos e liberdades fundamentais dos utilizadores da Internet, como por exemplo um corte do acesso, deverá respeitar a CEDH e os princípios gerais de Direito e nomeadamente, ser previamente autorizada por uma decisão judicial**, salvaguardando as garantias processuais, a presunção de inocência e o direito à privacidade, sem prejuízo de mecanismos específicos nos casos de urgência justificados pela segurança de Estado. 

Política de Coesão pós 2013:

Nuno Teixeira defende especificidade das RUP's

O Deputado madeirense **Nuno Teixeira** participou num debate pré-legislativo sobre a **política de coesão após 2013** em que o PE questionou a Comissão Europeia sobre a **elegibilidade de todas as regiões europeias, o eventual abandono do Objectivo 2 ("Competitividade regional e emprego") e o enfraquecimento do princípio da adicionalidade ou renacionalização parcial da actual política de coesão.**

Na opinião do Deputado do PSD, o quadro financeiro pós 2013 deve ser construído na base da **"solidariedade e coesão territorial, valores cruciais para regiões como a Madeira, que enfrentam dificuldades permanentes e que, por isso, necessitam de apoios permanentes."**



Nuno Teixeira mostrou a sua preocupação com algumas necessidades específicas das regiões ultraperiféricas, pois a actual abordagem

em termos de **"regiões"** deve **prevalecer** sobre orientações alternativas como, por exemplo, os **"sectores de valor acrescentado"**.

Segundo o Deputado, uma reorientação como esta pode **pôr em causa o objectivo 2**, que beneficia actualmente dois terços das regiões europeias, para além de potencialmente ser contraproducente em regiões de perfil económico e vantagens competitivas muito próprias.

Nuno Teixeira, defendeu também a manutenção do **critério de proximidade na política de coesão**. Deve continuar a privilegiar-se uma alocação e gestão dos fundos estruturais sob uma perspectiva **"regional"** e não **"nacional"**, ou mesmo centralizada a **"nível europeu"**. 

TGV - Fundos Comunitários: Eurodeputado do PSD acusa

Governo de mentir sobre o TGV

Comissão **"abre porta" para negociar no mínimo 78% dos fundos comunitários (955 milhões de euros) previstos para o TGV e revela estudo de pormenor para ligação ao aeroporto Sá Carneiro.**

Ao contrário do que tem sido anunciado pelo governo português, a não concretização das vias-féreas de alta velocidade (TGV) não implica a perda irreversível de fundos comunitários. É o que se pode concluir da resposta da Comissão Europeia a uma interpelação do deputado europeu **José Manuel Fernandes** relativamente aos projectos de TGV para o território nacional.

Segundo a informação da Comissão Europeia, o destino da verba aprovada do **Fundo de Coesão, 78 % do financiamento comunitário (955 milhões), para o TGV em Portugal pode ser substituída por projectos de natureza diferente, "mediante uma profunda revisão das estratégias dos programas"**. Repare-se que o Governo Português tem feito várias revisões deste tipo nos fundos comunitários.

1 - O custo do TGV e respectivo financiamento.

De acordo com a documentação enviada para Bruxelas pelo governo português, o custo total das linhas de alta velocidade Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto e Porto-Vigo ascende a cerca de 8300 milhões de euros.

Da rede transeuropeia de transportes (RTE-T) foi atribuída a Portugal uma verba de 268 milhões de euros para estes projectos (correspondente a 3,2% do investimento). No âmbito do **Fundo de Coesão**, foi reservado o montante de 955 milhões de euros (correspondente **78% do financiamento comunitário** e a 11,5% do investimento total), ou seja no total este projecto poderá beneficiar de **1223 milhões de euros de apoios europeus que representam apenas 14,7 % do total do investimento. O Governo tem incutido nos Portugueses a ideia de uma grande percentagem de financiamento de fundos europeus neste projecto o que não corresponde à verdade.**

2 - A mentira da perda de fundos

A Comissão Europeia na sua resposta refere que os **955 milhões de euros do Fundo de Coesão (78 % dos fundos comunitários para este projecto) podem ser renegociados e**

afectados a outros projectos, o que significa que **não se perdia um tostão desta verba** caso o projecto do TGV não avançasse.

No caso dos 268 milhões de fundos provenientes da RTE-T a situação é diferente porque o financiamento é atribuído em função dos projectos apresentados e como refere a Comissão **o Governo não apresentou projectos alternativos**. Tal significa que até esta verba podia não ser perdida desde que o governo apresentasse projectos alternativos que se enquadrassem na RTE-T. A conclusão é simples se a opção do governo tivesse sido a de não avançar com o TGV não teria havido perda de fundos comunitários.

3 - Ligação ao Aeroporto Sá Carneiro

No que respeita à avaliação do impacto ambiental dos traçados do TGV, está ainda em curso o período de consulta pública. A CE já recebeu, entretanto, queixas relativamente à linha Lisboa-Madrid, face **"aos impactos na Natureza e ao modo como esses impactos foram avaliados"** na zona de protecção especial de aves selvagens **"Torre da Bolsa"**. A CE **"não tomou ainda uma posição final"**, estando a analisar a resposta de Portugal no que toca a **"medidas de atenuação e compensação identificadas"**. 



Paulo Rangel
eleito para Conselho
de Administração
da Fundação
Robert Schuman

O Eurodeputado do PSD e Vice-Presidente do Grupo PPE no Parlamento Europeu, **Paulo Rangel, foi eleito para o Conselho de Administração da Fundação Robert Schuman.**

O actual Presidente da Fundação Robert Schuman é o ex Presidente da Comissão Europeia e antigo Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Jacques Santer.

Criada em 1989 por sete Eurodeputados, entre os quais Francisco Lucas Pires, a fundação dedica-se, entre outras coisas, à formação política, à cooperação internacional e à promoção da democracia e pluralismo na Europa.

Graça Carvalho
Relatora permanente
do PPE para o
Orçamento da UE em
matéria de
Ciência e Inovação

A Eurodeputada do PSD, **Maria da Graça Carvalho**, que integra a **Comissão do Orçamento** bem como a da **Indústria, Investigação e Energia** do Parlamento Europeu (PE) foi confirmado pelo Grupo do Partido Popular Europeu, o maior grupo político do PE, como **Relatora Permanente do PPE para todas as matérias relacionadas com a Ciência e Inovação** que forem discutidas na Comissão dos Orçamentos do PE. 

**Carlos Coelho defende
"Europa dos Cidadãos"**
e critica ingerências no direito da família

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu debateu e aprovou uma Resolução sobre o **Programa de Estocolmo**. O Deputado Europeu do PSD, **Carlos Coelho** participou neste debate e elogiou o seu conteúdo pois, na sua opinião, este programa é uma **"boa notícia para todos os que defendem que a Europa é muito mais do que um Mercado Comum. A construção da Europa dos cidadãos reclama um verdadeiro Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça."**

Carlos Coelho aplaudiu o peso **"equilibrado das 3 linhas deste triângulo. Ao contrário de algumas opiniões mais radicais, as 3 são necessárias. A segurança sem a liberdade é a ditadura, a liberdade sem segurança é a anarquia e a Justiça não é possível sem liberdade e sem segurança."**

Este Programa, para 5 anos, regressa à ambição de Tampere e visa um progresso significativo



em muitas áreas. Importa, porém assegurar que se conseguem alcançar os objectivos fixados. Para **Carlos Coelho**, tem que haver **"uma aplicação efectiva da legislação e dos instrumentos já adoptados! Os cidadãos europeus não nos levarão a sério se não passarmos o teste da eficácia."** 

**Nuno Teixeira quer estudo
sobre impacto da saída
da Madeira da zona de convergência**

Nuno Teixeira instou a Comissão a, no actual contexto global de crise acentuada, elaborar um estudo que avalie o impacto real e efectivo nas Regiões Ultraperiféricas da Madeira e Canárias, da transição do Objectivo Convergência para o Objectivo Competitividade e Emprego e a consequente perda de fundos comunitários.

O eurodeputado afirma que tal diminuição abrupta dos níveis de ajudas "comporta um risco de grave retrocesso dos níveis de desenvolvimento económico e social alcançados".

Nuno Teixeira acrescentou ainda que este estudo seria **"um instrumento de trabalho muito válido na negociação das perspectivas financeiras para o período de 2014 a 2020 que deverão ter início já em 2010".**

O objectivo de "Convergência" absorve quase 82% do orçamento da política de coesão comunitária e, entre 2007 e 2013, correspondeu

a cerca de 283 mil milhões de euros para a totalidade da União. Por sua vez, o objectivo no qual a Madeira agora se enquadra abarcou cerca de 55 mil milhões de euros para o mesmo período.

O eurodeputado madeirense referiu ainda que a saída da RAM do objectivo "Convergência" se ficou a dever **"apenas e só ao aumento relativo no valor do seu PIB"**, crescimento esse induzido pelas próprias ajudas financeiras comunitárias e faz o paralelo com as Ilhas Canárias que estão numa situação semelhante.

O eurodeputado sugere novos indicadores para além do PIB

Nuno Teixeira sugeriu ainda que a Comissão Europeia ponderasse incluir na fórmula de cálculo para a atribuição dos fundos estruturais outros indicadores para além do PIB, tais como o índice sintético de Lisboa ou a taxa de desemprego, para que se chegue a uma avaliação mais tangível do desenvolvimento económico e da coesão social nas regiões europeias. 



Mário David reúne com laureados do Prémio Sakharov 2009

O Deputado Europeu e Vice-Presidente do PPE, **Mário David** esteve reunido, em Estrasburgo, com os representantes da **Associação "Memorial", laureada com o Prémio Sakharov 2009** para a Liberdade de Pensamento. Na reunião estiveram presentes Oleg Orlov, Sergei Kovalev e Lyudmila Alexeyeva, em representação da Memorial e de todos os outros defensores dos Direitos Humanos na Rússia.



Os representantes da Memorial salientaram que *"se encontram empenhados em desenvolver a Sociedade Civil e na promoção dos Direitos Humanos, desde a sua fundação há 20 anos"*. Afirmaram ainda que, ontem como hoje, continuarão a lutar pelos ideais de "Paz e Liberdade para todos no planeta".

Da parte do PPE, ouviram palavras de disponibilidade e de estímulo para a sua causa de Defesa dos Direitos Humanos. **Mário David** referiu que *"a consolidação de um Sistema Democrático e o consequente respeito pelos Direitos Humanos na Rússia são a única garantia de Paz e estabilidade no Continente Europeu."* 

Angola: Regina Bastos participa na Cimeira UE-ACP em representação do Parlamento Europeu

José Manuel Fernandes Relator permanente do PPE para o Orçamento da UE em matéria de Alterações Climáticas

O Eurodeputado do PSD **José Manuel Fernandes**, que integra Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu (PE) e a Comissão de Ambiente, foi hoje confirmado pelo Grupo do Partido Popular Europeu, o maior grupo político do PE, como **Relator Permanente para todas as matérias relacionadas com as Alterações Climáticas** que forem discutidas na Comissão dos Orçamentos do PE.

José Manuel Fernandes, que foi o Relator do PPE para o Orçamento de 2010, assume assim a **coordenação da maior bancada do Parlamento Europeu em todas as matérias orçamentais que estejam relacionadas com as alterações climáticas.** 



A Eurodeputada do PSD, Regina **Bastos**, integrou a **Delegação do Parlamento Europeu** que participou no **Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE**, que se realizou em Luanda, Angola, de 30 de Novembro a 3 de Dezembro.

As alterações climáticas e o impacto da crise financeira nos países ACP (África, Caraíbas e

Pacífico) estiveram no centro das discussões da 18.ª sessão desta Assembleia Parlamentar que junta Deputados europeus e Deputados dos Paramentos nacionais dos países ACP.

A Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE realiza-se duas vezes por ano e reúne 78 deputados europeus e 78 deputados dos países ACP. 

Mário David encontra-se com Enviado Especial de Obama para o Médio Oriente



O Eurodeputado PSD **Mário David**, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para os Países do Magrebe (Egipto, Jordânia, Líbano e Síria), teve em Bruxelas, um encontro com o Senador **George Mitchell**, Enviado Especial do Presidente Obama para o Médio Oriente.

No final do encontro, **Mário David** reafirmou o empenhamento da União Europeia numa solução **“baseada na existência de 2 Estados: um Estado de Israel reconhecido por toda a comunidade internacional e com plenas garantias de segurança; e um Estado Palestino dotado de infra-estruturas institucionais e económicas que o garantam como viável. Ambos com a capital em Jerusalém.”**

Entre outros temas abordados destacam-se: a capacidade dos interlocutores de fazer **respeitar as eventuais conclusões do processo negocial; a interferência de Estados terceiros**, nomeadamente o Irão, visando fazer perdurar a desestabilização da região, com os reflexos negativos à escala mundial; o problema do **retorno dos refugiados** palestinianos e a **reconstrução da Faixa de Gaza**.

Mário David sublinhou também o significado encorajador da moratória relativamente à construção de novos colonatos decidida pelo Governo de Israel e a necessidade de, em paralelo, serem firmados Acordos de Paz entre Israel e o Líbano e a Síria.

Depois deste encontro, que decorreu no Parlamento Europeu, o Senador Mitchell partiu para nova ronda de negociações no Médio Oriente que se prolongarão pelas próximas duas semanas. 

Pescas: Patrão Neves critica “Carnaval de Dezembro”

e defende reforma profunda para o sector das pescas



A Deputada Europeia, **Maria do Céu Patrão Neves** (na foto ao lado), relatora do Parlamento Europeu para o Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pesca, reagiu aos resultados do Conselho Europeu de Pescas de Dezembro.

Patrão Neves referiu que **“o espectáculo mediático a que agora assistimos não é novidade, representando aquilo a que vulgarmente se alude como sendo o Carnaval de Dezembro. Todos os anos é assim!** A Comissão Europeia avança com propostas drásticas de cortes para os TACs e o Conselho negocia compromissos políticos que resultam numa adulteração completa das propostas inicialmente apresentadas!”

A Eurodeputada considera que **“a credibilidade da Política Comum de Pesca é muitas vezes colocada em causa quando observamos uma discrepância tão grande entre os TACs propostos inicialmente pela Comissão e as decisões finais do Conselho, que na maior parte dos casos alteram em 15 %, 20% e em alguns casos até mais, as indicações da Comissão.”**

Patrão Neves afirmou que **“um sector tão importante como o das pescas tem que ser**

gerido de uma forma bem mais credível e sensata, sob pena de continuar a definir nos próximos tempos. Os Governos vão-se vangloriar agora dos resultados que possam alcançar neste processo negocial, fazer manchetes nos jornais, mas depois os problemas estruturais e os constrangimentos do sector persistem e aí não vemos ninguém para ajudar os pescadores.”

A Eurodeputada do PSD considera que é necessário **“proceder a uma reforma profunda do sector das pescas, evitando que a vida de inúmeras famílias de comunidades pesqueiras se decida todos os anos em três dias de Dezembro. É preciso respeitar mais este sector e geri-lo de forma mais conveniente numa perspectiva de médio longo prazo, para que os profissionais da pesca saibam com o que podem efectivamente contar!”** 



Regina Bastos reúne com Durão Barroso

por causa da crise económica e social

A margem da Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a Deputada Europeia do PSD Regina Bastos, teve um encontro bilateral com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, na qualidade de Vice-coordenadora do PPE na Comissão Especial sobre a Crise Financeira Económica e Social do Parlamento Europeu.

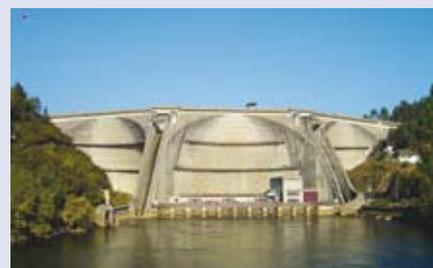
Nesta reunião foram discutidas as respostas à crise que se vive hoje na Europa e em todo mundo, com especial enfoque na questão do desemprego que *“aumenta diariamente de forma muito preocupante”*, afirma Regina Bastos.

Segundo Regina Bastos, o Presidente da Comis-

são e ex-Primeiro Ministro de Portugal tem um *“visão transversal, mas muito profunda, de todas as variáveis que incidem sobre a nossa sociedade e sobre o nosso tecido económico”* acrescentando ainda que Durão Barroso dispõe de *“um manancial de informação como actualmente na UE e no mundo pouca gente terá, pelo que esta reunião foi muito útil e enriquecedora”*

Para a Eurodeputada do PSD, a principal preocupação com esta crise é a *“questão social e do desemprego”* e o pilar da resposta deverá ser centrado no *“apoio às PME’s que representam actualmente cerca de 97 % do emprego ao nível europeu.”*

Plano Barragens: Eurodeputados do PSD questionam Comissão Europeia



Os Deputados europeus do PSD, Maria da Graça Carvalho e José Manuel Fernandes, enviaram uma pergunta prioritária à Comissão Europeia sobre o Plano Nacional de Barragens português.

Este Plano prevê a construção de **10 novas barragens** em várias bacias hidrográficas no país. Segundo a informação que foi divulgada na imprensa nacional, a Comissão Europeia terá encomendado um estudo que faz uma avaliação independente dos conteúdos deste Plano.

Os Deputados do PSD estão preocupados com a **falta de alternativas** à construção destas 10 barragens e com a **falta de transparência ao nível dos impactos ambientais.**

Patrão Neves reúne com novo Ministro da Agricultura

A Deputada europeia do PSD, Maria do Céu Patrão Neves, que integra as Comissões de Agricultura e Pescas no Parlamento Europeu, **encontrou-se com o novo Ministro da Agricultura e Pescas, António Manuel Serrano.**

Na primeira reunião entre ambos a Deputada do PSD disponibilizou-se para **colaborar com o governo** nas matérias que acompa-

nha no Parlamento Europeu, sobretudo ao nível da **agricultura e pescas** e *“sempre que o interesse nacional esteja em jogo”.*

Patrão Neves apresentou as suas ideias para o futuro da PAC e para a **Reforma da Política Comum de Pescas**, da qual é a Relatora do Parlamento Europeu, e lamentou o facto de *“nenhum responsável público português se ter dignado a participar”* nos dois

workshops que organizou recentemente em Portugal e que contaram com a presença de representantes de todo o sector e de todas as instituições e agências europeias.

Patrão Neves fez votos para um bom trabalho do novo Ministro que tem todas as *“condições para fazer melhor do que Jaime Silva que foi um verdadeiro desastre para ambos os sectores em Portugal.”*



Parlamento Europeu aprova propostas de Nuno Teixeira

que permitirão à Madeira e aos Açores importar até 2019 produtos industriais sem impostos aduaneiros

O eurodeputado madeirense, que está envolvido neste dossier desde Setembro de 2009, mostrou-se muito satisfeito com a aprovação das suas emendas que permitiram incluir no regulamento **bens essenciais para a economia Madeirense que não constavam da proposta inicial e que poderão agora ser importados até 2019 beneficiando de uma isenção de direitos aduaneiros**. O Parlamento Europeu aprovou hoje este Relatório por 628 votos a favor, 17 votos contra e 15 abstenções.



agrícolas, transformação ou manutenção industrial.

Outra alteração bastante importante é o **alargamento deste regime de excepção a todo o território da RA Madeira e da RA Açores** e não apenas às suas Zonas Francas, beneficiando assim todos os tipos de operadores económicos localizados no território dessas regiões.

Por iniciativa de **Nuno Teixeira**, este relatório foi sujeito a um procedimento legislativo simplificado de forma a torná-lo mais célere, segundo o qual, e de acordo com o artigo 46 do regimento em vigor, **é o próprio presidente da comissão parlamentar o relator da proposta**, que é assim submetida a plenário para votação sem realização de debate.

de 2000 e cuja vigência havia cessado em Dezembro de 2008, bem como de pedidos adicionais apresentados em 2008 e 2009 pelo Governo Regional da Madeira, que não integravam a proposta inicial da Comissão Europeia”.

Principais novidades

O Regulamento agora aprovado passa a permitir a **isenção de tarifas aduaneiras em produtos acabados para utilização agrícola, comercial ou industrial**, bem como **matérias-primas, peças e componentes utilizadas para fins**

De acordo com **Nuno Teixeira** *“o desenvolvimento da Madeira e dos Açores está determinado pela sua periferia, insularidade, clima e geografia difíceis e dependência de um número reduzido de bens e serviços” pelo que “as dificuldades que estas regiões enfrentam de forma permanente justificam também apoios comunitários permanentes”.*

As propostas do eurodeputado madeirense vivam em concreto *“um conjunto de produtos destinados a equipar a Zona Franca da Madeira,*

O eurodeputado do PSD acrescentou que *“o regulamento aprovado pelo Parlamento Europeu reforçará o posicionamento competitivo dos operadores locais e potenciará o emprego nas duas regiões autónomas”.* 



FRONTEX: Carlos Coelho questiona Comissão sobre falta de meios para cumprir missão de controlo de fronteiras

O Deputado europeu do PSD, **Carlos Coelho**, enviou uma **pergunta à Comissão Europeia** relativamente à Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas - **FRONTEX sobretudo devido à falta de meios próprios da UE para vigiar as fronteiras da UE.**

A Frontex foi criada em 2005, com o objectivo de melhorar a gestão integrada das fronteiras externas dos Estados Membros da UE, garantindo um nível elevado e uniforme de controlo e segurança nas fronteiras externas, que é condição *sine qua non* para a existência de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

O **Deputado do PSD** está preocupado, pois apesar do Relatório de Actividades da FRONTEX, relativo ao ano transacto, se revelar bastante positivo, a sua **capacidade operacional está “seriamente comprometida uma vez que, na prática, o acesso aos meios necessários para efectuar essas operações acaba por depender da boa vontade dos Estados Membros.** Na realidade, os meios que supostamente foram colocados à sua disposição pelos Estados Membros (CRATE) acabam por, na maior parte dos casos, não serem efectivamente disponibilizados quando necessário.”

Carlos Coelho questiona a Comissão, no sentido de saber se *“na alteração ao Regulamento FRON-*

TEX que está a ser preparada, estarão previstas melhorias a esta situação? Até que ponto é que se pode tornar a participação dos Estados Membros vinculativa? Ou será que está a ser considerada a ideia de adquirirem meios próprios? Haverá igualmente a possibilidade de passarem a existir guidelines próprios de forma a garantir uma maior homogeneidade?”

Carlos Coelho recorda ainda que, em 2007, foram igualmente criadas as **Equipas de Intervenção rápida - RABBIT's**, que apesar de estarem a ser treinadas e efectuarem exercícios duas vezes por ano (com todos os custos que isso implica) **“na prática nunca foram utilizadas.”** 

A Cimeira de Copenhaga Uma nova ordem Mundial



A Conferência de Copenhaga (COP 15) terminou com um resultado longe do esperado. Os 194 países membros da Convenção “tomaram nota” de um documento arquitectado pelos EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul. Os objectivos estabelecidos são pouco claros e não vinculativos. No entanto, Copenhaga representou muito mais do que uma Cimeira do Clima. Jogou-se aí **uma nova correlação de forças a nível mundial** e o papel do multilateralismo do sistema da ONU. Confrontaram-se diferentes concepções do desenvolvimento e o interesse global versus soberania nacional.

Foi notória a influência crescente dos países emergentes, como a China, o Brasil, a

Índia e a África do Sul, que, se juntaram aos EUA para a redacção de um documento que serviu de base às discussões que resultaram no Acordo de Copenhaga num processo completamente diferente do normalmente seguido nas negociações das Nações Unidas. O texto deparou com a indignação de muitos países, especialmente dos pequenos Estados insulares e países africanos, contra um processo em que as decisões são impostas pelas grandes potências em vez de discutidas e partilhadas por todas as Partes.

A Conferência de Copenhaga demonstrou a fraqueza do sistema onusiano nas discussões sobre alterações climáticas e o desenvolvimento mundial. A condução do processo negocial foi já criticada por diversos países. Os próximos meses serão decisivos para restabelecer a credibilidade do processo e ganhar o *momentum* perdido em Copenhaga.

Outro facto significativo prende-se com a presença do **Presidente Obama** que impôs a vontade da América nos trabalhos da conferência. O Presidente Obama apontou a necessidade de um acordo não vinculativo envolvendo todos os países grandes emissores e com três pontos fundamentais: transparência, acções de mitigação e financiamento aos países em desenvolvimento.

De destacar também o papel da **China** que se opôs ao escrutínio internacional das acções de mitigação, alegando questões de soberania. O **Brasil** também desempenhou um papel muito maior que nas anteriores COP, merecendo o Presidente Lula um dos maiores aplausos de toda a COP, tendo afirmado a abertura do Brasil para ajudar financeiramente os países mais pobres.

A Europa tinha todas as condições para liderar e brilhar em Copenhaga; mas mostrou que estava muito bem preparada na parte técnica da negociação, mas não na

parte política. A Europa deveria ter preparado alianças fortes. Os países mais atingidos pelas alterações climáticas, como os países africanos e os pequenos estados insulares, estão com a UE nesta luta.

Finalmente, a Conferência de Copenhaga mostrou que **é preciso repensar o papel da Europa no Mundo**, em que um acordo tão importante para o futuro da Humanidade e numa área em que somos líderes e pioneiros, se desenha praticamente sem a nossa contribuição. **Os próximos meses são cruciais para a UE.** Será necessário utilizar as possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa para preparar o caminho até à próxima Conferência sobre o Clima, na cidade do México: com ambição, falando a uma só voz, fazendo alianças estratégicas.

Na luta contra as alterações climáticas, a Europa também tem uma tarefa grande pela frente: aplicar toda a legislação aprovada; investir nas tecnologias limpas, na investigação científica e na eficiência energética; apostar numa nova política industrial baseada na eficiência dos recursos naturais e na inovação; promover uma política de cidades de baixo carbono, de transportes e mobilidade sustentável. Não queremos voltar a ouvir o Presidente Obama dizer que os Estados Unidos só se comprometem com o que podem cumprir e que **alguns países signatários de Quioto continuaram a aumentar as suas emissões** para além dos limites acordados. Se não fosse muita presunção da nossa parte, até poderíamos pensar que o Presidente Obama se estava a referir a Portugal....

Maria da Graça Carvalho

Esteve presente na conferência de Copenhaga em representação do Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu.

Artigo publicado no jornal **Expresso** 